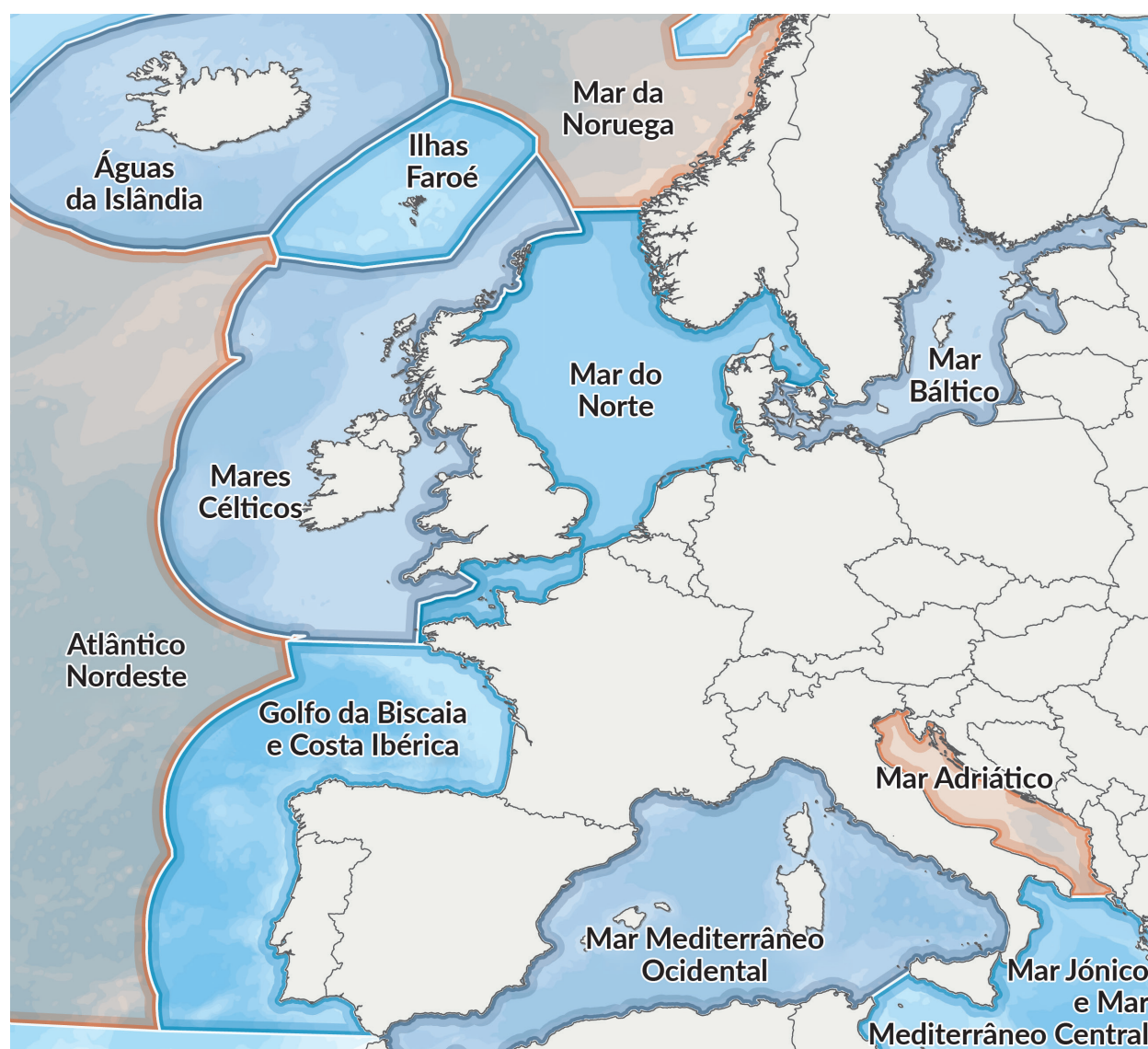


A gestão das pescas na UE melhorou mas ainda está desfasada dos pareceres científicos

A avaliação mostra que os ministros devem empenhar-se mais para acabar com a sobrepesca e cumprir a lei

Regiões dos mares europeus



Fonte: Conselho Internacional para a Exploração do Mar, Dados Marinhos—Ecorregiões CIEM (2019), acedido a 11 julho 2019, <http://gis.ices.dk/sf/>; Terra e Batimetria de Natural Earth

© 2019 The Pew Charitable Trusts

Após décadas de sobrepesca e políticas de pesca ineficazes, o Parlamento Europeu e os governos dos 28 Estados Membros da União Europeia chegaram a acordo em 2013 sobre reformas ambiciosas à Política Comum das Pescas da UE (PCP). O objetivo: tornar a pesca sustentável fixando objetivos para recuperar unidades populacionais, manter ecossistemas saudáveis e assegurar estabilidade e lucros para as frotas da UE.

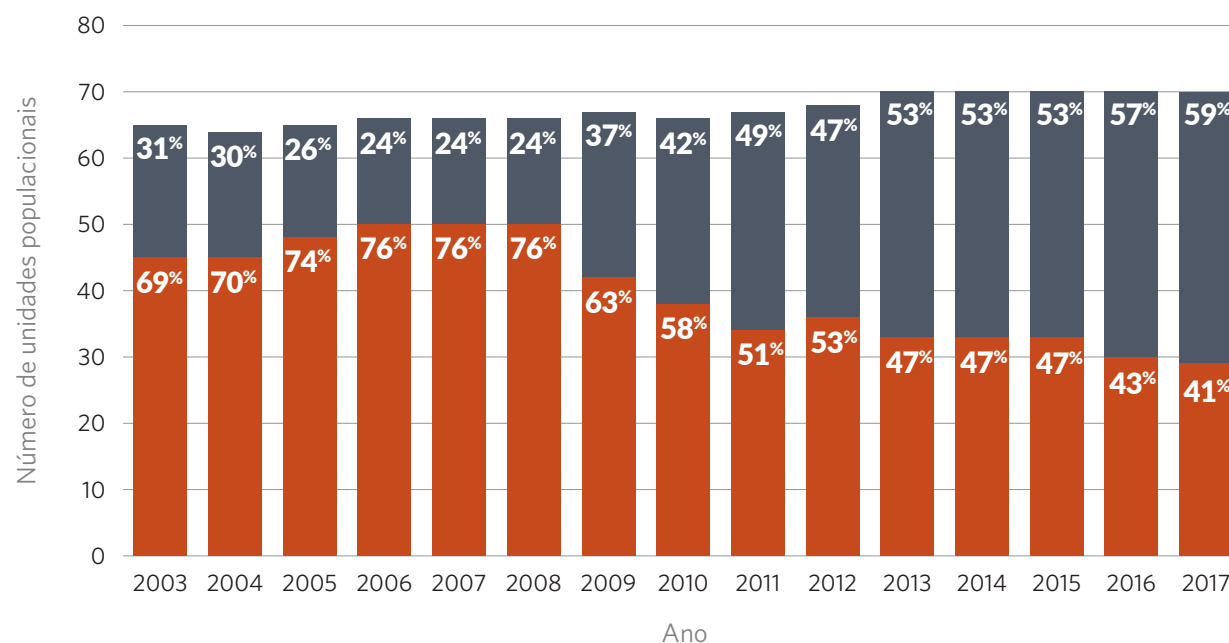
A PCP exige que os ministros garantam taxas de exploração sustentáveis “até 2015 sempre que possível e, numa base progressiva e incremental, o mais tardar até 2020 para todas as unidades populacionais”.¹ Atualmente, com o prazo de 2020 para acabar com a ameaça da sobrepesca, vale a pena perguntar se estes objetivos estão a ser alcançados e se os ministros das pescas estão a utilizar responsavelmente uma das principais ferramentas da PCP: a fixação de limites Totais Admissíveis de Capturas (TAC) nas reuniões do Conselho AGRIFISH.

Os números oficiais mostram que a pressão de pesca ainda é muito alta

O Comité Científico, Técnico e Económico da Pesca da Comissão Europeia (CCTEP) analisa anualmente a pressão de pesca no Atlântico Nordeste, comparando-a com os níveis permitidos na PCP. O comité continua a concluir que uma grande proporção de stocks continua com capturas além dos níveis permitidos.

Figura 1

Número de unidades populacionais do Atlântico Nordeste* sujeitas a sobrepesca



■ Número de unidades populacionais não sujeitas a sobrepesca (pesca ≤ FMSY)

■ Número de unidades populacionais sujeitas a sobrepesca (pesca > FMSY)

* Atlântico Nordeste (Organização para a Alimentação e a Agricultura 27), incluindo as Águas Ocidentais, o Mar do Norte e o Mar Báltico.

Nota: FMSY é a mortalidade por pesca consentânea com o objetivo de alcançar um Rendimento Máximo Sustentável.

Fonte: Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP), “Monitorizar o desempenho da Política Comum das Pescas (STECF-Adhoc-19-01),” abril 2019

© 2019 The Pew Charitable Trusts

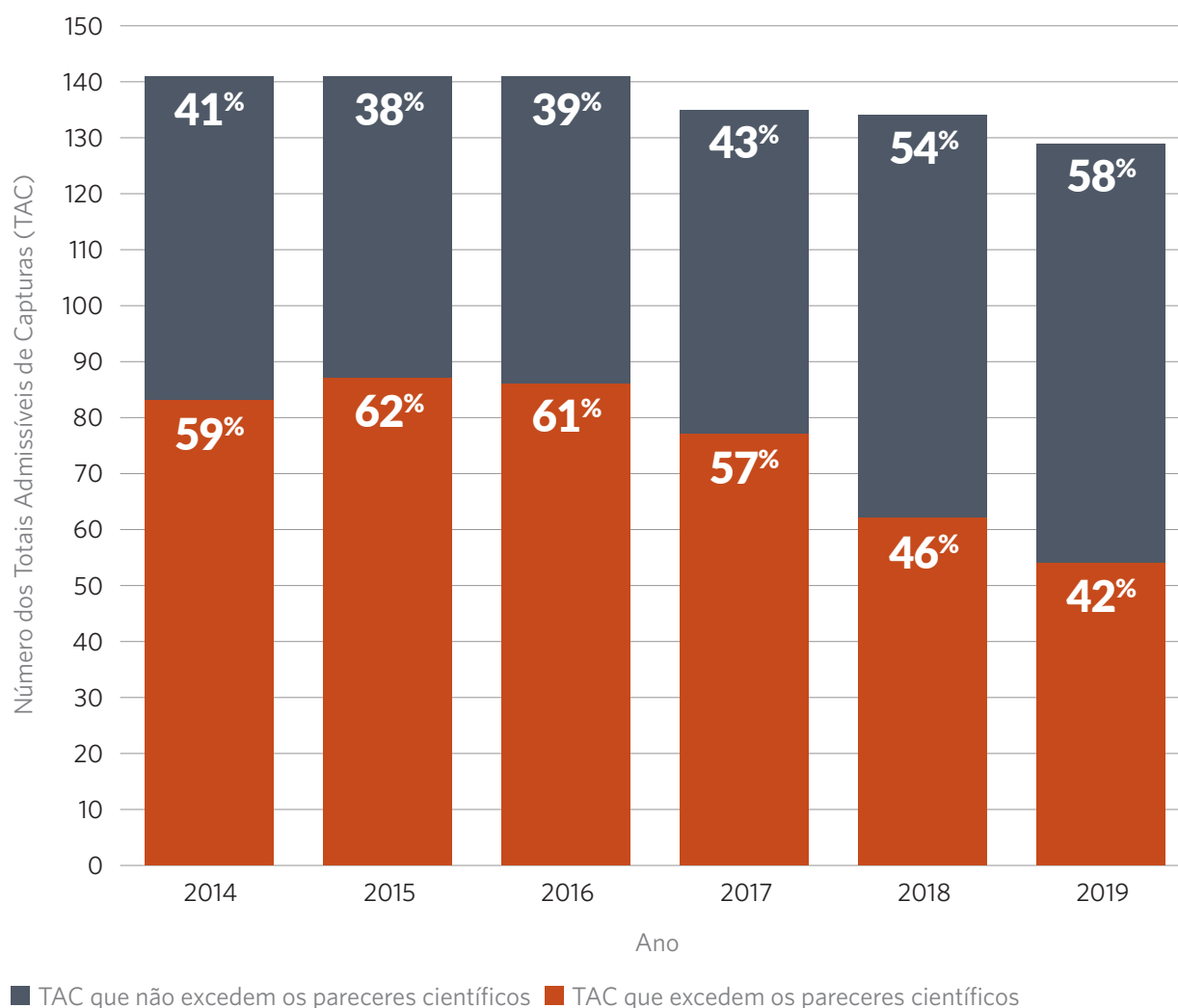
Os dados para outras regiões pintam um quadro ainda pior. No Mar Mediterrâneo, a grande maioria das unidades populacionais está sobrexplorada.²

A avaliação da Pew mostra que os limites de captura ainda são demasiado elevados

Anualmente, desde a entrada em vigor da PCP revista em 2014, a Pew Charitable Trusts compara as decisões³ dos ministros das pescas sobre limites de captura no Atlântico Nordeste com os pareceres científicos disponíveis. Embora a proporção dos limites fixados para além dos pareceres científicos esteja a diminuir, a evolução é demasiado lenta para cumprir o prazo estabelecido pela PCP para acabar com a sobrepesca.

Figura 2

Como se comparam os limites de captura de unidades populacionais do Conselho AGRIFISH para o Atlântico Nordeste, Mar Báltico e Águas Profundas com os pareceres científicos



Fonte: Avaliação da Pew Charitable Trusts da Tabela TAC da Fishfix (2019)—TAC do Mar Báltico, Águas Profundas e Atlântico Nordeste (Anexo IA), Versão 17 maio 2019

© 2019 The Pew Charitable Trusts

A nossa avaliação mostra que a principal ferramenta disponível para corrigir a pressão de sobrepesca apresentada nos dados oficiais—a fixação de Totais Admissíveis de Capturas (TAC)—está a ser utilizada para continuar a sobrepesca. As decisões dos responsáveis pelas pescas impedem-nos de alcançar os objetivos da política.

O progresso da recuperação das unidades populacionais é lento ou desconhecido.

Este padrão de subimplementação também se reflete numa incapacidade de atingir os objetivos de recuperação das unidades populacionais da PCP, potenciada pela falta de informação oficial sobre a evolução destes objetivos. Especificamente:

- Conhecem-se muito poucas unidades populacionais com recuperação acima dos níveis exigidos pela legislação da UE.⁴ Um relatório encomendado em 2017 pela Pew Charitable Trusts, “Taking Stock”,⁵ concluiu que de 24 a 56 por cento das unidades populacionais apresentavam ainda níveis inferiores aos exigidos pela PCP.
- A Comissão presta informações anuais⁶ sobre o modo como este objetivo está a ser cumprido mas utiliza parâmetros irrelevantes—tais como níveis de unidades populacionais desatualizados ou pior—em vez de os comparar com os níveis exigidos por lei. Esta situação torna difícil verificar o progresso na realização dos objetivos da PCP.

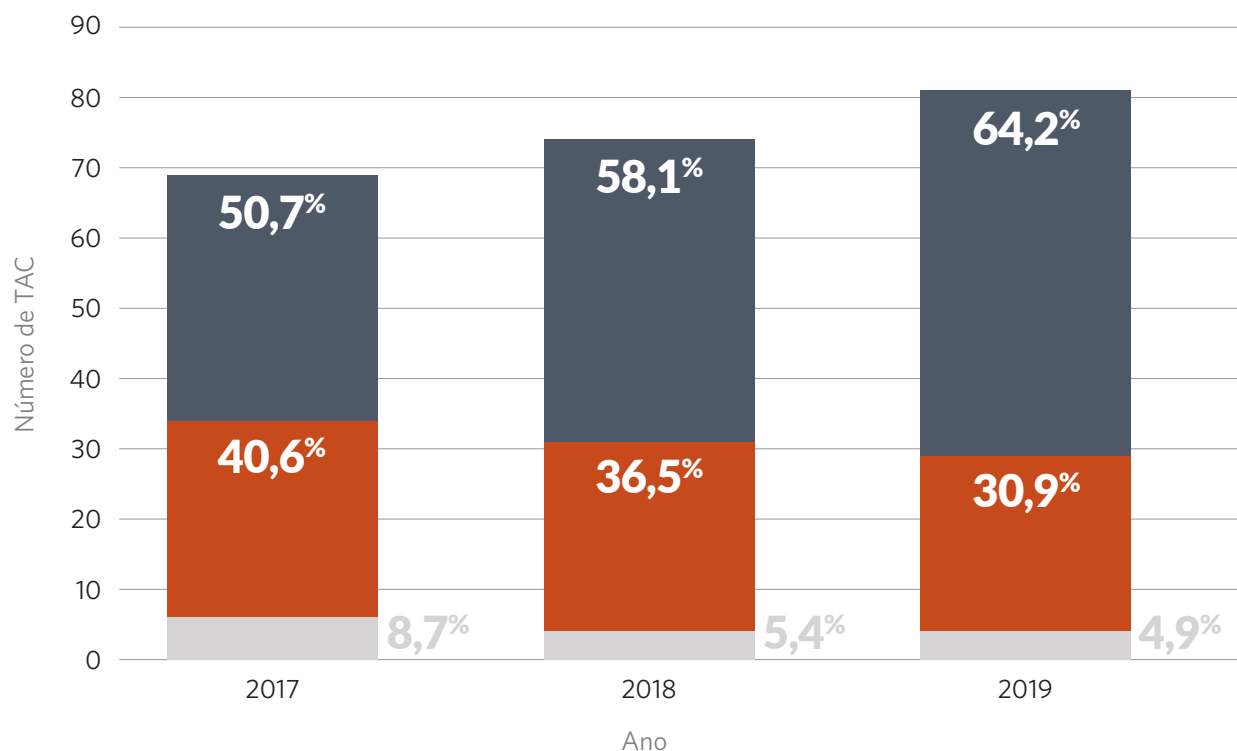
O importante papel da Comissão Europeia

Para além de prestar informações sobre o progresso, a Comissão é responsável por propor os limites anuais de captura, juntamente com outros diplomas legislativos no âmbito da PCP. O Comissário e os seus funcionários também participam no Conselho, ajudando os ministros a chegar a acordo sobre os limites de captura, adaptando frequentemente as propostas para garantir um acordo.

A Comissão pode orientar os ministros no sentido da gestão responsável das pescas, propondo limites de captura de acordo com os pareceres dos cientistas. Contudo, a Comissão propõe frequentemente limites superiores aos dos pareceres científicos publicados, sem explicar claramente como chega a esses limites; a Comissão alega que fundamenta as suas propostas em dados do Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM), mas os limites propostos ultrapassam frequentemente a recomendação do CIEM. No entanto, a proporção de limites superiores ao parecer científico tem vindo a diminuir ao longo do tempo.

Figura 3

Como se comparam os limites de captura propostos pela Comissão Europeia para as unidades populacionais do Atlântico Nordeste com os pareceres científicos



■ TAC que não excedem os pareceres científicos ■ TAC que excedem os pareceres científicos
■ TAC propostos sem recomendações científicas disponíveis

Fontes: Avaliação da Pew Charitable Trusts sobre as propostas Totais Admissíveis de Capturas (TAC) do Conselho de Dezembro da Comissão Europeia (para o Atlântico Nordeste—Anexo IA) versus parecer científico sobre TAC, quando disponível; baseado na Tabela TAC da Fishfix em 2016-18

© 2019 The Pew Charitable Trusts

Transparência do processo de decisão do Conselho

A falta de clareza da proposta da Comissão é ensombrada pela opacidade do processo seguido pelos ministros das pescas dos 28 Estados Membros para tomar decisões no Conselho. Os ministros raramente fixam os limites de captura abaixo daqueles que a Comissão propôs e aumentam frequentemente os limites para além dos níveis que os cientistas aconselham como sustentável. Estas decisões são tomadas à porta fechada no edifício do Conselho, muitas vezes em sessões durante toda a noite, não abertas ao público e com pouca, ou nenhuma justificação para a fixação de limites demasiado altos. Em 2016, a Transparência Internacional investigou o processo decisório do Conselho⁷ sobre limites de captura e recomendou melhorias significativas, poucas das quais foram seguidas. E, em maio de 2019, o Provedor de Justiça Europeu anunciou uma investigação⁸ à falta de transparência associada às “famosas reuniões durante toda a noite” dos ministros para adotar limites de captura.

Razões para acabar com a sobrepesca

Apesar destes obstáculos, todas as partes devem continuar a trabalhar para cumprir os requisitos da PCP. A gestão sustentável das pescas é benéfica para as unidades populacionais de peixes, ambiente marinho, empregos, indústria de produtos do mar, segurança alimentar e consumidores. Os decisores da UE estão legalmente obrigados a acabar com a sobrepesca e dispõem das ferramentas para o fazer. Só têm de mostrar vontade política, respeitando a ciência - e a lei - para preservar as unidades populacionais de peixes da Europa.

Notas Finais

- 1 União Europeia, "Regulamento (UE) N.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013 relativo à Política Comum das Pescas, que altera os Regulamentos do Conselho (CE) N.º 1954/2003 e (CE) N.º 1224/2009, e revoga os Regulamentos do Conselho (CE) N.º 2371/2002 e (CE) N.º 639/2004 e a Decisão do Conselho 2004/585/CE," *Jornal Oficial da União Europeia* L 354, Vol. 56 (2013): 22-61, <http://data.europa.eu/eli/reg/2013/1380/oj>.
- 2 A Comissão Europeia, "Mar Mediterrâneo," https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/mediterranean_en.
- 3 The Pew Charitable Trusts, "Avaliação do acordo do Conselho das Pescas sobre oportunidades de pesca no Atlântico Nordeste em 2019" (2019), <https://www.pewtrusts.org/-/media/assets/2019/03/analysis-of-fisheries-council-agreement-on-fishing-opportunities-in-the-north-east-atlantic-for-2019.pdf>.
- 4 Centro Comum de Investigação, "Monitorizar o desempenho da Política Comum das Pescas (STECF-Adhoc-19-01)," (2019), a Comissão Europeia, <http://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC116446/kj-ax-19-002-en-n.pdf>.
- 5 Poseidon Aquatic Resources Management Ltd., "Taking Stock: Progress Towards Ending Overfishing in the European Union" (2017), https://www.consult-poseidon.com/fishery-reports/Poseidon_Taking_Stock_2017.pdf.
- 6 A Comissão Europeia, "Comunicação da Comissão relativa ao Parlamento Europeu sobre o Ponto de Situação da Política Comum das Pescas e Consulta sobre as possibilidades de pesca para 2020" (2019).
- 7 Transparency International, "Overfishing in the Darkness: A Case Study on Transparency in Council Decision-Making" (2019), <https://transparency.eu/overfishing-in-the-darkness/>.
- 8 Provedor de Justiça Europeu, comunicado de imprensa "Ombudsman Triple Investigation: Opaque National Government EU Decision-Making," 13 de maio, 2019, <https://www.ombudsman.europa.eu/en/press-release/en/109910>.

Para mais informações, visite:
pewtrusts.org/cfp2020

Contacto: Chloe Aust, gestora de comunicações
E-mail: caust@pewtrusts.org
Site do projeto: pewtrusts.org/en/projects/ending-overfishing-in-northwestern-europe

A The Pew Charitable Trusts é impulsionada pela utilização do conhecimento na resolução dos problemas mais desafiantes. A Pew aplica uma abordagem rigorosa e analítica para melhorar as políticas públicas, informar o público e revigorar a vida cívica.